

DIREITOS HUMANOS E GÊNERO: POSSÍVEIS ARTICULAÇÕES PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORXS

PAULO MATEUS DE MORAES

Mestrando em Linguística pela Universidade Estadual de Mato Grosso – UNEMAT
Professor do Curso de Educação Física da Universidade
Estadual de Mato Grosso – UNEMAT

DRA. LUCIENE NEVES

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
Professor do Curso de Educação Física da Universidade
Estadual de Mato Grosso – UNEMAT

LUCIENE RODRIGUES DE CARVALHO

Graduada em Educação Física pela Universidade
Estadual de Mato Grosso – UNEMAT

ELISA NUNES AMANCIO

Graduada em Educação Física pela Universidade
Estadual de Mato Grosso – UNEMAT

YESSA ENELIN ANTONIA DA SILVA SANTOS

Estudante de Educação Física da Universidade
Estadual de Mato Grosso – UNEMAT

Resumo | Esta experiência ocorreu em uma universidade pública no município de Cáceres-MT, numa disciplina que tratou sobre Educação em Direitos Humanos para uma turma de oitavo semestre de licenciatura em Educação Física, durante o semestre letivo 2019/2 (agosto a novembro de 2019). O processo formativo teve aulas sobre pressupostos teóricos, com ênfase na Declaração Universal de Direitos Humanos, sessões de cine debate e trabalho de campo por 8 equipes de discentes. Dentre essas equipes destacamos a que realizou um estudo sobre grupo social/esportivo de futebol feminino, cujo resultado foi um bom nível de compreensão acerca da articulação entre

direitos humanos e relações de gênero, bem como mostraram formas de utilizar esse conhecimento na futura prática docente.

Palavras-chave | Direitos Humanos; Gênero; Formação de Professorxs.

HUMAN RIGHTS AND GENDER: POSSIBLE ARTICULATIONS FOR TEACHER EDUCATION

Abstract | This experience took place at a public university in the Cáceres city, Mato Grosso State, Brazil, as a part of discipline that dealt with Education in Human Rights in the eighth semester class of a undergraduate in Physical Education, during the second academic semester of 2019 (August to November 2019). The formative process had classes on theoretical assumptions, with emphasis on the Universal Declaration of Human Rights, cine debate sessions and field 's work by 8 teams of students. Among these teams, we highlight the one that carried out a study on the social and sports group of women's football, the result of which was a good level of understanding about the articulation between human rights and gender relations, as well as showing ways to use this knowledge in future teaching practice.

Keywords | Human Rights; Gender; Teacher Education.

DERECHOS HUMANOS Y GÉNERO: POSIBLES ARTICULACIONES PARA LA FORMACIÓN DE PROFESORES

Resumen | Esta experiencia se pasó en una universidad pública en el municipio de Cáceres-MT, en una disciplina acerca de la Educación en Derechos Humanos para un grupo del octavo semestre de la licenciatura en Educación Física, durante el semestre académico 2019/2 (agosto a noviembre de 2019). El proceso formativo tuvo clases sobre supuestos teóricos, con énfasis en la Declaración Universal de Derechos Humanos, sesiones de debate en cine y trabajo de campo por 8 equipos de estudiantes. Entre estos equipos, destacamos el que realizó un estudio sobre el grupo social/deportivo del fútbol femenino, cuyo resultado fue un buen nivel de comprensión sobre la articulación entre los derechos humanos y las relaciones de género, así como mostraron formas de utilizar este conocimiento en la práctica docente futura.

Palabras clave | Derechos Humanos; Gênero; Formación de Profesores.

APRESENTAÇÃO

Neste texto relataremos sobre um recorte do trabalho em uma disciplina intitulada Tópicos Especiais em Educação Física: Educação em Direitos Humanos, desenvolvida durante o semestre letivo 2019/2, no curso de licenciatura em Educação Física da Universidade do Estado de Mato Grosso, campus de Cáceres/MT. O objetivo geral da referida disciplina foi conhecer a educação em direitos humanos/sociais, problematizando e agindo sobre o desenvolvimento humano e aprendizagem na Educação Física.

E o recorte é sobre o modo que se deu a articulação entre Direitos Humanos (DH) gênero durante a disciplina, a qual tinha entre seus objetivos específicos: compreender a cultura corporal emergente dos movimentos sociais e sua organização pedagógica em temáticas sobre gênero, sexualidade, etnia, inclusão, entre outras.

Para o desenvolvimento da disciplina foi sugerido à turma um trabalho de campo com a finalidade de coletar narrativas de movimentos sociais, organizações e grupos/coletivos no município de Cáceres, pensando a relação com os Direitos Humanos e Educação, da necessidade de implementar e reconhecer essas temáticas em espaços educacionais. O intuito era que discentes articulassem as discussões presentes ao longo da disciplina com o que ocorria nas situações e contextos sociais, tomando como base a Declaração Universal dos Direitos Humanos e legislações atinentes.

Assim, a organização do campo começou após um trabalho de apresentação de alguns pressupostos teóricos sobre justiça, normas, princípios, direitos e deveres e especialmente direitos fundamentais e direitos humanos, houve a introdução do estudo da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Essa etapa estava articulada a cine debates, utilizando filmes da 12ª Mostra de Cinema em Direitos Humanos e das mostras anteriores. O objetivo era que discentes identificassem e reconhecessem situações de violações de direitos nas histórias narradas nos curtas. As temáticas expostas frisaram questões de intolerância religiosa,

direito de moradia, igualdade de gênero e outros assuntos referentes à dignidade da pessoa humana.

Após 15 horas (4 horas semanais) encerramos essa etapa e a turma teve liberdade de se organizar em equipes e definir contextos, delimitar problemáticas relacionadas ao que prevê a DUDH e sua aplicação na realidade social. A partir disso, foram organizadas 8 equipes com problemáticas distintas relacionadas a artigos da DUDH, as quais buscaram levantar dados e conhecer a percepção das pessoas dos referidos grupos/coletivos sobre direitos humanos e a relação destes direitos para seus cotidianos.

NOÇÕES E CONCEITOS

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi adotada em 10 de dezembro de 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU). E em Assembleia Geral da ONU foi solicitado a todos os Países-Membros que publicassem o texto da Declaração para que “fosse divulgado, mostrado, lido e explicado, principalmente nas escolas e em outras instituições educacionais, sem distinção nenhuma, baseada na situação política ou econômica dos Países ou Estados” (ONU, 2009).

No Brasil, ao longo das últimas décadas, especialmente após o processo de redemocratização, tanto na Constituição de 1988 como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, foram estabelecidas algumas bases para uma Educação mais articulada aos Direitos Humanos. Por isso, construíram-se premissas de que as instituições educacionais, começando pela educação básica até o ensino superior, deverão contemplar em seus projetos pedagógicos discussões sobre os direitos humanos, atendendo a formação de caráter e personalidade (BRASIL, 2013).

As autoras Grossi e Alencar (2020) apontam que “a noção de ‘direitos humanos’, nos seus múltiplos sentidos, revela-se como um campo de disputas e tensões, em nome do qual são construídos, legitimados e deslegitimados diversos processos de demanda, reconhecimento e/ou confronto de direitos”. Essas ponderações das autoras denotam que

direitos humanos é um campo de conflitos e disputas, assim como ocorre na Educação, importa ressaltar que não é simples compreender os modos como indivíduos se reconhecem enquanto sujeitos de direitos, sobre quais aspectos de suas vidas podem/precisam ser salvaguardados pelos DH. Ao mesmo tempo, educação em direitos humanos é compreendido como um processo que se constrói ao longo da vida de indivíduos constituindo habilidades, atitudes e comportamentos inerentes a esse tema.

Diante disso, um processo pedagógico para educação em direitos humanos supõe ir ao encontro de promover problematizações, para que indivíduos possam constituírem-se como sujeitos questionadores e produtores de (re)conhecimento, em busca de solução de problemas para a efetivação dos DH.

Alguns desses aspectos citados acima nos movimentaram durante a organização dos processos formativos da disciplina, após o desfecho do trabalho e também neste momento de relato e análise que ora apresentamos.

PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DA DISCIPLINA

Como relatamos anteriormente, as equipes de discentes se organizaram para atividades de campo, parte imprescindível do processo de formação proposto na disciplina, cuja finalidade era reconhecer problemáticas perante o estudo de contextos sociais presentes no município, conforme as seguintes etapas:

I) Escolha do cenário: movimentos sociais ou grupos/coletivos que dialogam com movimentos (sindicatos, grupos artísticos, projetos sociais, entre outros);

II) Construção de roteiro para coletar dados do grupo/coletivo: história, atividades desenvolvidas, relação das atividades desenvolvidas com os direitos humanos e diálogo com a Educação e/ou cultura corporal (Educação Física).

III) Os dados coletados foram organizados em formato de resumo simples, contendo introdução, objetivo do trabalho, método utilizado para o levantamento e análise de dados, principais resultados e conclusão.

IV) Os resumos foram socializados no formato de roda de conversa, consistindo na apresentação do trabalho de campo realizado.

É importante situar nossa compreensão de que cenário é um termo que inter-relaciona a ideia de contexto, envolvendo tempo, lugar, a posição do falante e alguns aspectos do ambiente físico. Este cenário pode ser privado ou público, informal ou institucional (KOCH; MORATO; BENTES, 2016).

Após a escolha do cenário, as equipes elaboraram roteiros semiestruturados e realizaram entrevistas para coletar narrativas e analisar os dados em uma abordagem qualitativa, ou seja, atentando-se a aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na explicitação da dinâmica das relações sociais e a compreensão de um determinado grupo social ou organização (GERHARDT; SILVEIRA, 2009; LÜDKE, 1986).

Para explicitar o conjunto de trabalhos de campo que foram desenvolvidos, apresentamos abaixo um quadro contendo uma síntese das informações:

Quadro 1: Informações sobre escolhas das equipes, de acordo com direitos previstos na Declaração universal de Direitos Humanos (DUDH).

Equipe	Participantes	Cenário	Problemáticas / desdobramentos
E1	Professores atuantes na Educação Básica	Ambiente escolar	Condições trabalhistas previstas na DUDH (Art. XXIII) e greve dos professores do estado no ano de 2019.
E2	Professor de música	Projeto social	Oferta de projetos sociais que tratam do Direito de liberdade cultural e lazer na comunidade. (Arts. XXII e XXVII da DUDH)
E3	Jogadoras e técnica de futebol	Projeto social/esportivo	Situações de discriminação relacionadas à gênero em práticas desportivas (Art. VII da DUDH)
E4	Gestor escolar	Ambiente escolar	Oferta de programas e projetos sociais com finalidade de assegurar a instrução e experiências artísticas (Arts. XXVI e XXVII da DUDH)

E5	Mulheres negras	Coletivo de Mulheres Negras	Situações de discriminação e violência contra mulheres negras. (Arts. II e VII da DUDH)
E6	Diretoria de projeto social de atenção ao idoso.	Abrigo de pessoas idosas.	Direito de dignidade e padrão de vida adequado à pessoa idosa (Arts. VII e XXV da DUDH).
E7	Instrutor / treinador de Jiu-Jitsu	Projeto social	Oferta de projetos sociais que tratam do Direito de liberdade cultural, esporte e lazer na comunidade (Arts. XXII e XXVII da DUDH).
E8	Docente do ensino superior	Universidade privada	Direito às condições adequadas para o desenvolvimento do trabalho no ensino superior (Art. XXIII da DUDH).

Fonte: Autores

A partir daqui iniciaremos uma descrição sobre o trabalho desenvolvido pela Equipe 3 (E3), pois nosso propósito central neste texto é discutir sobre a articulação entre gênero, direitos humanos e cultura corporal.

A referida equipe era composta por 03 discentes mulheres que optaram pelo cenário projeto social/esportivo, desenvolvido no município há mais de 05 anos, cuja finalidade é a participação de mulheres no esporte, em especial no futebol de campo, areia e *society*.

As discentes da E3 compuseram um roteiro com os seguintes pontos investigativos: a identificação dos espaços de atividades, cotidiano do grupo pesquisado e principalmente a percepção das jogadoras e treinadora sobre questões de visibilidade e reconhecimento dos Direitos Humanos (DH), sobretudo quanto às questões de gênero.

O artigo VII da DUDH preconiza que “todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação”. Portanto, o conceito chave com o qual a E3 trabalhou foi discriminação, a premissa foi que possíveis discriminações estariam relacionadas a questões de gênero e até mesmo sexualidade.

As discentes da E3 destacaram que as jogadoras e treinadora tinham certa compreensão sobre os DH, principalmente no tocante a liberdade e dignidade da pessoa humana, atribuíram isso às experiências coletivas no esporte, o enfrentamento cotidiano de situações de preconceito, discriminação e até mesmo alguns tipos de assédios quando do trabalho para a manutenção das atividades do time no município.

Além das dificuldades mencionadas, apontaram o desapareço das conquistas do time, desvalorização de suas práticas no município e falta de investimentos para continuidade das atividades, essas foram questões muito frisadas ao longo das narrativas da E3. O pouco apoio recebido da sociedade em geral e de representantes políticos é ainda mais notório ao se comparar com 'escolinhas' de futebol para meninos/homens. Ainda assim, mesmo com pouco ou nenhum apoio externo, o projeto esportivo logrou êxito em competições de caráter regional e estadual, portanto, obteve diversos títulos para o município.

Outro ponto destacado foi a escassez de competições de futebol para mulheres/meninas, tanto no município como no estado, juntamente com a constatação de que há um número muito reduzido de times. Essas duas informações foram confrontadas com uma enorme discrepância em relação ao número de competições e de times masculinos padrão futebol amador, o mesmo dos times femininos. Um efeito disso é que alguns torneios da região ocorrem por iniciativa das próprias jogadoras, para fomentar um espaço de vivências e troca de experiências entre elas e outros times, ou mesmo para arrecadação de fundos para manutenção das atividades do grupo.

A E3 também identificou a questão da influência midiática, predileção pela transmissão das competições masculinas em rádios e reportagens em TVs e noticiários, em contraste com a pouca visibilidade dada ao futebol feminino. Nesse aspecto, a E3 analisou que a reiterada e até saturada veiculação do futebol masculino é um fator que contribui para o estereótipo de esporte masculino, associado de forma simultânea ao preconceito e discriminação atribuída à prática dessa cultura corporal por mulheres.

Nesse sentido, as autoras Mourão e Morel (2005, p. 79), em pesquisa que analisou narrativas sobre o futebol feminino na mídia impressa (jornais e revistas) no período de 1930 a 2000, apontam que:

A construção cultural brasileira concebe o esporte, e especialmente o futebol, como um espaço de práticas sociais masculinas através da sua história. E o futebol como uma prática esportiva identitária da construção deste masculino terminou por concentrar uma resistência, ainda maior do que os outros esportes, à prática feminina.

Por mais que as autoras supracitadas analisaram documentos anteriores a 20 anos dos dias atuais, é possível assinalar que se mantém, mesmo que de forma um pouco mais atenuada, uma lógica masculinizadora da mídia do futebol, se não pelo teor dos discursos que são emanados, mas pelo excesso de veiculação do futebol masculino e a invisibilização do feminino. O teor das narrativas apresentadas pela E3 mostrou que isso ainda é algo comum e facilmente constatável na mídia local e até na estadual.

Ao retomar o enfoque dos direitos humanos, as discentes da E3 assinalaram que as jogadoras identificam a violação de seus direitos, que há uma idealização ou expectativas sociais sobre o comportamento adequado de mulheres, e por praticarem futebol divergem de tais expectativas e sofrem preconceitos e discriminações.

Por fim, dialogamos com as discentes E3 sobre os possíveis efeitos dessa experiência em suas ações como futuras professoras e apontaram que relações de gênero é um tema amplo, mas que na Educação Física escolar pode começar a partir da questão mulheres no esporte, pois entendem que o machismo incide muito em atividades esportivas e isso precisa ser debatido, que aulas de EF são também para trabalhar cultura corporal e gênero. As discentes indicaram a possibilidade de fazer rodas de conversas, reflexão e proposições de forma concomitante com novas práticas de cultura corporal nas aulas de EF.

Em uma abordagem sobre educação em direitos humanos para formação de professorxs, Bohm (2018, p. 173) salienta que:

Não existem “receitas prontas”. É necessário experimentar, arriscar, criar. A proposição de debates e discussões pode (e deve) envolver as famílias e elucidar muitas dúvidas. O uso de dinâmicas, jogos, vídeos e livros paradidáticos é necessário e poderá complementar as atividades desenvolvidas em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disciplina oportunizou discussões sobre Direitos Humanos e Cultura Corporal, sobretudo na relação intrínseca destes direitos e sua efetivação na sociedade. Neste sentido, a atividade de campo suscitou reflexões sobre possibilidades de intervenção, do encontro com as diferenças e como isso pode se manifestar nas práticas pedagógicas em Educação Física.

No que concerne às relações de gênero, a compreensão é que a questão perpassa todo o fazer pedagógico, se problematizadas provocam fissuras, ainda que sutis, no pensamento hegemônico. Nas aulas de EF é possível fazer reflexões sobre as representações sociais de mulheres e homens, especialmente na cultura corporal e não apenas na do tipo esportiva.

É importante que os processos de formação na EF, seja na educação básica ou na formação de professorxs, contemplem procedimentos para identificação e intervenção nas situações que violem direitos, permitindo assim que indivíduos alcancem uma compreensão sobre os direitos básicos e dos preceitos da Declaração Universal de Direitos Humanos como sendo algo possível e desejável no seu cotidiano.

Desta forma, sinaliza-se para uma formação crítica-reflexiva que quebre ou amenize discriminações baseadas em relações de gênero, as quais violam e lesam direitos de liberdades e dignidade de mulheres e de qualquer pessoa que foge aos padrões concebidos como desejáveis para homens e mulheres.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em Direitos Humanos**: Diretrizes Nacionais. Brasília: coordenação geral de Educação em SDH/PR, 2013.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. UNIC/RIO/005, Janeiro 2009. (DPI/876). Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em 27 de abril de 2020.

BOHM, Alessandra Maria. Educação para a sexualidade, equidade de gênero e diversidade sexual: apontamentos para formação de professores(as) da educação básica. In: FACHINETTO, Rochele Fellini; SEFFNER, Fernando; SANTOS, Renan Bulsing dos (orgs). **Educação em Direitos Humanos**. SEAD/UFRGS. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs). **Métodos de pesquisa**. SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GROSSI, Miriam Pillar; ALENCAR, Alexandra Eliza Vieira. Direitos Humanos, Antropologia e Educação: Revisitando o passado e avançando na caminhada por uma educação antidiscriminatória. **Cadernos de gênero e diversidade**. vol 06, n. 01, Jan./Mar., 2020.

KOCH, Ingedore G. Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina. Ainda o contexto: algumas considerações sobre as relações entre contexto, cognição e práticas sociais na obra de Teun van Dijk. **Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso**, [s.l.], v. 11, n. 1, p.79-91, 5 jul. 2016.

LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MOURÃO, Ludmila; MOREL, Marcia. As narrativas sobre o futebol feminino o discurso da mídia impressa em campo. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Campinas, v. 26, n. 2, p. 73-86, jan. 2005.

Recebido: 11 agosto 2020

Aprovado: 05 novembro 2020

Endereço eletrônico:

Paulo Mateus de Moraes

paulo.mateus@unemat.br